

# **ONM Health S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## Conteúdo

<b>Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>1</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>8</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, aos Acionistas, à Diretoria e aos Administradores da  
ONM Health S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da ONM Health S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONM Health S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Danilo Namura Lombardoso  
Contador  
CRC nº 1 SP 278829/O-3

ONM HEALTH S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.348	7.946	Fornecedores	9	12.337	10.958
Contas a receber	4	11.371	10.759	Operação Confirming	9	8.932	6.451
Impostos a recuperar	5	2.777	3.148	Empréstimos e financiamentos	12	8.760	8.042
Ativo financeiro	6	50.258	46.636	Debêntures	13	9.316	67.683
Outros ativos		602	738	Obrigações trabalhistas		2.213	2.478
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>87.356</b>	<b>69.227</b>	Impostos e contribuições a recolher	10	9.272	8.550
				Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	227	313
				Dividendos propostos	21	21.905	14.638
				Outros passivos		57	165
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>73.019</b>	<b>119.278</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a recuperar	5	2.913	13.312	Empréstimos e financiamentos.	12	40.232	46.584
Outros ativos		458	458	Debêntures.	13	55.484	-
Ativo financeiro	6	244.508	244.377	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	61.937	55.680
Imobilizado	7	1.922	2.252	Impostos e contribuições diferidos a recolher.	10	26.021	35.125
Direito de uso	8	2.451	83	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	320	320
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>252.252</b>	<b>260.482</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>183.994</b>	<b>137.709</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>257.013</b>	<b>256.987</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	15	31.700	31.700
				Reserva Legal		6.340	6.340
				Reserva de lucros		44.555	34.682
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>82.595</b>	<b>72.722</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>339.608</b>	<b>329.709</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>339.608</b>	<b>329.709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida dos serviços prestados	16	130.530	126.806
Custo de serviço prestado	17	(64.964)	(64.626)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>65.566</b>	<b>62.180</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	17	(20.312)	(20.108)
Outras receitas (despesas) operacionais		665	873
		<b>(19.647)</b>	<b>(19.235)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>45.919</b>	<b>42.945</b>
Receita financeira	18	1.754	1.083
Despesa financeira	18	(20.136)	(20.611)
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<b>(18.382)</b>	<b>(19.528)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>27.537</b>	<b>23.417</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Corrente	19	(4.248)	(4.412)
Diferido	19	(6.149)	(4.130)
		<b>(10.397)</b>	<b>(8.542)</b>
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>17.140</b>	<b>14.875</b>
Resultado básico e diluído por ação	20	0,54	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício	<u>17.140</u>	<u>14.875</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>17.140</u></b>	<b><u>14.875</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

---

ONM HEALTH S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros				Total Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>31.700</b>	<b>6.340</b>	<b>38.655</b>	<b>-</b>	<b>76.695</b>
Lucro Líquido no exercício	-	-	-	14.875	14.875
Distribuição de Dividendos	-	-	(15.129)	-	(15.129)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.719)	(3.719)
Constituição de retenção de lucros	-	-	11.156	(11.156)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>31.700</b>	<b>6.340</b>	<b>34.682</b>	<b>-</b>	<b>72.722</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>31.700</b>	<b>6.340</b>	<b>34.682</b>	<b>-</b>	<b>72.722</b>
Lucro Líquido no exercício	-	-	-	17.140	17.140
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	(2.982)	-	(2.982)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.285)	(4.285)
Constituição da reserva de lucros	-	-	12.855	(12.855)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>31.700</b>	<b>6.340</b>	<b>44.555</b>	<b>-</b>	<b>82.595</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		27.537	23.417
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	17	944	456
Juros financiamentos e arrendamentos	12 e 13	14.690	14.016
Ajuste a valor presente	18	(169)	824
Reversões para riscos trabalhistas	14	-	(213)
Atualização monetária debêntures	18	3.093	3.341
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	6	(45.514)	(42.278)
		<b>581</b>	<b>(437)</b>
Variações no capital de giro:			
Contas a receber	4	(612)	(354)
Impostos a recuperar	5	6.436	423
Ativo financeiro da concessão	6	48.617	45.094
Fornecedores e prestadores de serviços	9	1.379	449
Obrigações trabalhistas		(265)	655
Impostos a recolher	11	(8.274)	(2.417)
Outras ativos e passivos		28	(105)
		<b>47.890</b>	<b>43.308</b>
<b>Caixa proveniente das atividade operacionais</b>			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	11	-	(1.048)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	12 e 13	(14.537)	(14.042)
		<b>33.353</b>	<b>28.218</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(66)	(189)
Aquisição de ativo intangível	7	(2.916)	-
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	6	(6.856)	(8.982)
Aplicações financeiras		-	1.349
		<b>(9.838)</b>	<b>(7.822)</b>
<b>Caixa consumido pelas atividades de investimentos</b>			
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Operação Confirming	9	2.650	1.613
Ingresso de Empréstimo e financiamentos	12	2.915	-
Pagamento de financiamento arrendamentos e Debentures	12 e 13	(14.678)	(11.929)
Pagamento de dividendos		-	(9.174)
		<b>(9.113)</b>	<b>(19.490)</b>
<b>Caixa consumido pelas atividades de financiamentos</b>			
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes no início do exercício		7.946	7.040
Caixa e equivalentes no final do exercício		22.348	7.946
		<b>14.402</b>	<b>906</b>
<b>Varição do caixa e equivalentes</b>			
		<b>14.402</b>	<b>906</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

---

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ONM Health S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte (MG). A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada.

### Contrato de Concessão

A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa nº 04.00125210.34 para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

## 2.3 Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data da aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

## 2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

## 2.5 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercício posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis materiais adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

### 2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

### 2.5.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhista e cíveis.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14

### 2.5.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

### 2.5.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

## 2.6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### 2.6.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do HMDCC.

### 2.6.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

#### 2.6.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e CPC 47 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como ativo financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

#### 2.6.5 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, nota explicativa 7.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“impairment”).

#### 2.6.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

#### 2.6.7 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras.

#### 2.6.8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

### 2.6.9 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

### 2.6.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

#### **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

### 2.6.11 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

#### **Receitas de operação**

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados.

#### **Receitas de remuneração do ativo financeiro**

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 6, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

#### **Receitas de construção**

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis e equipamentos do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada exercício.

#### **Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamentos e operações de *Confirming* da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### 2.6.12 Instrumentos financeiros

#### **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **Classificação e mensuração subsequente**

#### (a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

#### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.6.13 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

### 2.6.14 Arrendamentos e direito de uso

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

### 2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas brasileiras de contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um exercício contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- IAS 21 / CPC 02 - Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025
- OCPC10: A OCPC 10 é uma orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e tornou-se obrigatória para Companhias abertas em 1 de janeiro de 2025. A OCPC 10 foi desenvolvida em parceria entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CPC, com o objetivo de: (i) Estabelecer um tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização; (ii) Garantir a consistência das demonstrações financeiras; (iii) Integrar os relatórios de sustentabilidade e (iv) Alinhar-se à prática internacional sobre o tema.

### 2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a companhia não adotou as seguintes novas normas emitidas e revisadas a seguir, que ainda não aplicáveis no exercício corrente.

**CPC 51 (equivalente à normal internacional IFRS 18) - Divulgação do desempenho financeiro das empresas**, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

**IFRS 19 (ainda não possui um CPC correspondente) - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

## **Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40) são:

### **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica**

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

### **Classificação de ativos financeiros**

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo**

As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).

- **Ativos financeiros com características 'non-recourse'**

As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.

- **Instrumentos contratualmente vinculado**

As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

### **Divulgações**

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os requisitos do CPC 40 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.

• **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais**

As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá:

- Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou
- Aplicar apenas as alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, com exceções específicas.

Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	1.635	162
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	<u>20.713</u>	<u>7.784</u>
	<b><u>22.348</u></b>	<b><u>7.946</u></b>

(a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente às investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados uma taxa média de aproximadamente 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

### 4 CONTAS A RECEBER

Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contraprestação pública	11.314	10.720
Receitas acessórias	<u>57</u>	<u>39</u>
	<b><u>11.371</u></b>	<b><u>10.759</u></b>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e 31 dezembro de 2024, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a vencer	11.314	10.720
Vencidos		
De 1 a 30 dias	18	-
Acima de 360 dias	39	39
	<u>11.371</u>	<u>10.759</u>

## 5 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS/COFINS (a)	492	11.126
IRPJ/CSLL (b)	457	1.075
IRRF (c)	4.294	3.812
Outros	447	447
	<u>5.690</u>	<u>16.460</u>
Circulante	2.777	3.148
Não circulante	2.913	13.312

- (a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.
- (b) Refere-se ao saldo Negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL apurado, cuja recuperação está ocorrendo via Perdcomp.
- (c) IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

## 6 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto ao Poder Concedente, o qual é a Prefeitura de Belo Horizonte. O Contrato de Concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro.

As movimentações do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são como segue:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>284.847</b>
Adições	8.982
Recebimento	(45.094)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	42.278
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>291.013</b>
Circulante	46.636
Não circulante	244.377
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>291.013</b>
Adições	6.856
Recebimento	(48.617)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	45.514
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>294.766</b>
Circulante	50.258
Não circulante	244.508

(a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$294.766 em 31 de dezembro de 2025 (R\$291.013 em 31 de dezembro de 2024) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão.

A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 10,75% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão.

Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 5,47% em 2025 e 4,30% em 2024.

Desta forma, as atualizações monetárias e remuneração sobre saldo do ativo financeiro incorridos no período findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$45.514 (R\$42.278 em 31 de dezembro de 2024), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

## 7 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é demonstrada abaixo:

<b>Imobilizado</b>	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Custo</b>				
Instalações	10%	23	4	27
Computadores e periféricos	20%	298	50	348
Mobiliário	10%	408	12	420
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.178	-	3.178
		<b>3.907</b>	<b>66</b>	<b>3.973</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações		(8)	(2)	(10)
Computadores e periféricos		(209)	(42)	(251)
Mobiliário		(161)	(38)	(199)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(1.277)	(314)	(1.591)
		<b>(1.655)</b>	<b>(396)</b>	<b>(2.051)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>2.252</b>	<b>(330)</b>	<b>1.922</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>taxa anual de depreciação</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Custo</b>				
Instalações	10%	23	-	23
Computadores e periféricos	20%	282	16	298
Mobiliário	10%	235	173	408
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.178	-	3.178
		<b>3.718</b>	<b>189</b>	<b>3.907</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações		(6)	(2)	(8)
Computadores e periféricos		(163)	(46)	(209)
Mobiliário		(134)	(27)	(161)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(959)	(318)	(1.277)
		<b>(1.262)</b>	<b>(393)</b>	<b>(1.655)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>2.456</b>	<b>(204)</b>	<b>2.252</b>

- (a) Visando assumir a operação das Farmácias Satélites do Hospital, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo, a Companhia adquiriu, em 2020, sistema de dispensação automática de medicamentos e materiais através de Dispensários Eletrônicos, não previstos originalmente no Contrato de Concessão, e não essenciais para a operação. Por isto, a Administração entende que tais valores são considerados como ativo imobilizado e não serão revertidos ao final da concessão.

### Avaliação do valor recuperável de ativos – “impairment”

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do ativo imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 8 DIREITO DE USO

A movimentação dos saldos do direito de uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é demonstrada abaixo:

Direito de uso	31/12/2024	Adições	31/12/2025
<b>Custo</b>			
Software	61	-	61
Direito de uso – Data Center (i)	786	2.916	3.702
Outros - Direito de uso	268	-	268
	<b>1.115</b>	<b>2.916</b>	<b>4.031</b>
<b>Amortização</b>			
Software	(53)	(8)	(61)
Direito de Uso - Data Center	(786)	(486)	(1.272)
Outros - Direito de uso	(193)	(54)	(247)
	<b>(1.032)</b>	<b>(548)</b>	<b>(1.580)</b>
<b>Direito de uso líquido</b>	<b>83</b>	<b>2.368</b>	<b>2.451</b>
Direito de uso	31/12/2023	Adições	31/12/2024
<b>Custo</b>			
Software	61	-	61
Direito de Uso - Equipamento Básico	786	-	786
Outros - Direito de uso	268	-	268
	<b>1.115</b>	<b>-</b>	<b>1.115</b>
<b>Amortização</b>			
Software	(182)	129	(53)
Direito de Uso - Equipamento Básico	(786)	-	(786)
Outros - Direito de uso	-	(193)	(193)
	<b>(968)</b>	<b>(64)</b>	<b>(1.032)</b>
<b>Direito de uso líquido</b>	<b>147</b>	<b>(64)</b>	<b>83</b>

(i) Em 01 de março de 2025 foi celebrado junto a HP Financial Services o contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$2.915, para aquisição de equipamentos de Data Center.

## 9 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Operação confirming (a)	9.421	6.772
Ajuste valor presente - confirming	(489)	(321)
Fornecedores – terceiros	12.337	10.958
	<u><b>21.269</b></u>	<u><b>17.409</b></u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 22.

(a) A Companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto, passando a ser credoras da operação até a liquidação final pela Companhia, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados.

As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.

### Movimentação Operação Confirming

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Operação Confirming	6.451	23.751	(21.270)	8.932
<b>Total</b>	<u><b>6.451</b></u>	<u><b>23.751</b></u>	<u><b>(21.270)</b></u>	<u><b>8.932</b></u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Operação Confirming	4.838	16.794	(15.181)	6.451
<b>Total</b>	<u><b>4.838</b></u>	<u><b>16.794</b></u>	<u><b>(15.181)</b></u>	<u><b>6.451</b></u>

## 10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS a recolher	159	133
COFINS a recolher	851	898
ISS a recolher	205	194
PIS diferido (a)	3.344	4.866
COFINS diferido (a)	15.166	22.412
ISS diferido (a)	14.739	14.551
Outros impostos	830	621
<b>Total</b>	<b><u>35.294</u></b>	<b><u>43.675</u></b>
Circulante	9.272	8.550
Não circulante	26.021	35.125

(a) A parcela dos impostos diferidos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

## 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a recolher	-	-
CSLL a recolher	227	313
	<b><u>227</u></b>	<b><u>313</u></b>

Conciliação IRPJ e CSLL a recolher

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo a Pagar 31/12/2024</b>	-	<b>313</b>	<b>313</b>
Provisão	3.117	1.131	4.248
Compensação	(3.117)	(1.217)	(4.334)
<b>Saldo a Pagar 31/12/2025</b>	<b>-</b>	<b><u>227</u></b>	<b><u>227</u></b>
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo a Pagar 31/12/2023</b>	-	<b>452</b>	<b>452</b>
Pagamentos	-	(1.048)	(1.048)
Provisão	3.238	1.174	4.412
Compensação	(3.238)	(265)	(3.503)
<b>Saldo a Pagar 31/12/2024</b>	<b>-</b>	<b><u>313</u></b>	<b><u>313</u></b>



A movimentação dos arrendamentos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2024	Principal			Juros e encargos		31/12/2025
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
HP FINANCIAL 3	-	2.915	-	(486)	143	(143)	2.429
	-	<b>2.915</b>	-	<b>(486)</b>	<b>143</b>	<b>(143)</b>	<b>2.429</b>

Instituição financeira	31/12/2023	Principal			Juros e encargos		31/12/2024
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
HP FINANCIAL 1	35	-	-	(35)	11	(11)	-
HP FINANCIAL 2	117	-	-	(117)	37	(37)	-
	<b>152</b>	-	-	<b>(152)</b>	<b>48</b>	<b>(48)</b>	-

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2027	8.719
2028	8.766
2029	8.813
Acima de 2029	12.176
	<b>38.474</b>

## 12.1 Covenants

Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação descrita nesta nota explicativa) contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3, sendo apurado semestralmente com lastro nos valores acumulados nos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a Companhia terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses findo em	
		31/12/2025	31/12/2024
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	1,8739	2,0134

(\*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses.

(\*\*) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses.

### 13 DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Em 20 de agosto de 2021, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante de R\$60.000 (sessenta milhões de reais). Essas debêntures serviram de lastro para operação de securitização, por meio da qual a Virgo Companhia de Securitização emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

As debêntures possuem prazo de 10 anos, remuneração correspondente a IPCA + 7,36% ao ano e carência de 12 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relacionadas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, ativo objeto do Contrato de Concessão da Companhia.

A operação conta com carta fiança como garantia, no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, em benefício dos titulares do CRI perante a Virgo Companhia de Securitização.

Adicionalmente, a operação conta com as seguintes garantias reais:

- (i) cessão fiduciárias dos direitos creditórios correspondentes a três contraprestações mensais previstas no Contrato de Concessão;
- (ii) penhor dos direitos creditórios decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme Contrato de Concessão; e
- (iii) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Contrato de Distribuição; (ii) Escritura de Emissão de Debêntures; (iii) Escritura de Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iii) Termo de Securitização; (iv) Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					31/12/2025	31/12/2024
Debentures	13/09/2021	15/08/2031	IPCA + 7,36%	60.000	64.800	67.683
Circulante (Principal)					9.645	69.045
Circulante (Custo emissão debentures)					(329)	(1.362)
					<b>9.316</b>	<b>67.683</b>
Não circulante (Principal)					56.144	-
Não circulante (custo emissão debentures)					(660)	-
					<b>55.484</b>	-

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no exercício de 2025 e 2024.

Debêntures	31/12/2024	Principal		Juros e encargos		31/12/2025
		Pagamentos	Adições	Pagamentos	Pagamentos	
Debêntures emitidas	54.998	(6.150)	-	-	-	48.848
Juros Contrato	14.048	-	7.879	(4.986)	-	16.941
Custo com emissão debentures	(1.363)	-	374	-	-	(989)
	<b>67.683</b>	<b>(6.150)</b>	<b>8.253</b>	<b>(4.986)</b>		<b>64.800</b>
Debêntures	31/12/2023	Principal		Juros e encargos		31/12/2024
		Pagamentos	Adições	Pagamentos	Pagamentos	
Debêntures emitidas	58.440	(3.442)	-	-	-	54.998
Juros contrato	21.276	-	8.253	-	-	29.529
Amortização juros contrato	(10.569)	-	-	(4.912)	-	(15.481)
Custo com emissão debentures	(1.849)	-	486	-	-	(1.363)
	<b>67.298</b>	<b>(3.442)</b>	<b>8.739</b>	<b>(4.912)</b>		<b>67.683</b>

### Quebra de covenant e obtenção de waiver

Em 26 de dezembro de 2024 a parte relacionada OZN Health SPE S.A. celebrou contrato de mútuo oneroso, cuja eficácia está condicionada à aprovação dos debenturistas/detentores do CRI, com a controlada da Companhia no montante de R\$200.000, valor já transferido entre as entidades em 2024. Embora tal tipo de transação não tenha envolvido a ONM diretamente, a cláusula 5.1.2 (y) das debêntures da ONM requer aprovação prévia para a efetivação de tal transação, sob a penalidade de representar um evento de liquidação imediata do passivo caso tal aprovação não tenha sido obtida.

Como o rito para tal aprovação apenas ocorreu no exercício seguinte, em 31 de dezembro de 2024 todo o montante da dívida da ONM foi classificado como curto prazo.

Cumpridos os ritos previstos no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis da 319ª e 353ª Séries da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, lastreados em direitos creditórios imobiliários devidos pela ONM Health S.A., em 27 de março de 2025, foram obtidas as devidas autorizações para realização da redução de capital com condição precedente, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("OPY"), sua controladora, e celebração de Contrato de Mútuo, com condição precedente, entre a OPY e a OZN Health S.A, parte relacionada, sem declaração de vencimento antecipado sujeito a pagamento de waiver fee no montante de 0,35% sobre o saldo devedor das debentures, valor pago em 31 de março de 2025.

No exercício de 2025, parte do montante da dívida da ONM retornou para longo prazo.

Não há covenants financeiros para essas debêntures e, mesmo para os covenants não financeiros existentes, a Companhia se encontra adimplente em 31 de dezembro de 2025.

## 14 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos, no sentido de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de adicional de insalubridade, horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas e administrativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, pode ser assim demonstrada:

	<b>31/12/2024</b>	<b>Provisão</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2025</b>
Administrativa	320	-	-	320
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>320</b>
	<b>31/12/2023</b>	<b>Provisão</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2024</b>
Administrativa	533	-	(213)	320
<b>Total</b>	<b>533</b>	<b>-</b>	<b>(213)</b>	<b>320</b>

No que tange as provisões de perdas decorrentes dos processos de natureza administrativa, relacionados a prestação de serviços da Concessionária informamos o montante de R\$320, já considerados a atualização financeira em 31 de dezembro de 2025 (R\$320 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cíveis que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo aproximado é de R\$80 (R\$80 em 31 de dezembro de 2024).

## 15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	<b>31.700.000</b>	<b>31.700.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>31.700.000</b>	<b>31.700.000</b>	<b>100,00%</b>

### Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Durante o exercício de 2024 foram distribuídos dividendos no montante de R\$9.174, referente aos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2025 não houve pagamento de dividendos.

A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio registrados no patrimônio líquido está demonstrada no quadro abaixo:

<b>Passivo circulante</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>14.638</b>	<b>4.964</b>
Constituição dividendos intermediários	2.982	15.129
Dividendos pagos	-	(9.174)
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	4.285	3.719
<b>Saldo final</b>	<b>21.905</b>	<b>14.638</b>

### Reserva de lucros

#### Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

#### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

<b>Reserva de Lucros</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Saldo início do exercício</b>	<b>34.682</b>	<b>38.655</b>
Dividendos propostos	(2.982)	(15.129)
Constituição reserva de lucros	12.855	11.156
<b>Saldo Final do exercício</b>	<b>44.555</b>	<b>34.682</b>

## 16 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de Operação (i)	99.165	95.962
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão (ii)	45.514	42.278
Receita de Construção (iii)	6.856	8.981
Outras Receitas	19	23
<b>Receita bruta</b>	<b><u>151.554</u></b>	<b><u>147.244</u></b>
PIS	(2.399)	(2.333)
COFINS	(11.048)	(10.744)
ISSQN	(7.577)	(7.361)
<b>Impostos sobre serviços</b>	<b><u>(21.024)</u></b>	<b><u>(20.438)</u></b>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>130.530</u></b>	<b><u>126.806</u></b>

- (i) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra.
- (ii) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 6 – Ativo financeiro.
- (iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.

## 17 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e serviços de concessão	(58.889)	(56.770)
Materiais e serviços de obra	(5.874)	(7.932)
Gasto com pessoal (a)	(8.596)	(10.953)
Serviços de terceiros (a)	(10.412)	(8.269)
Materiais	(198)	(33)
Despesa Tributária	(146)	(144)
Aluguéis	(217)	(170)
Depreciação e amortização	(944)	(456)
Outras	-	(7)
	<u><b>(85.276)</b></u>	<u><b>(84.734)</b></u>
Custo de serviço prestado	(64.964)	(64.626)
Despesas gerais e administrativas	(20.312)	(20.108)

(a) A variação notada é substancialmente associada ao fato de que, durante 2025, houve a migração de determinados profissionais administrativos (incluindo profissionais com cargo gerenciais), que antes estavam sob a folha de pagamento desta entidade, a outras empresas do grupo, cujos gastos são compartilhados por meio de notas de rateio com base nos critérios estabelecidos pela Administração.

## 18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.053	602
Ajuste a valor presente	169	137
Outras receitas financeiras	532	344
	<u><b>1.754</b></u>	<u><b>1.083</b></u>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>		
Juros sobre financiamentos	(15.043)	(14.652)
Atualização monetária	(3.094)	(3.340)
Outras despesas financeiras	(1.999)	(2.619)
	<u>(20.136)</u>	<u>(20.611)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u><b>(18.382)</b></u>	<u><b>(19.528)</b></u>

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativo</b>		
Provisão para riscos trabalhistas	-	181
b	-	<b>181</b>
<b>Passivo</b>		
Diferimento de receita	(61.937)	(55.861)
	<b>(61.937)</b>	<b>(55.861)</b>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita	<b>(61.937)</b>	<b>(55.680)</b>

A expectativa da administração é que o passivo fiscal diferido será realizado entre 1 e 2 anos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	27.537	23.417
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	<b>(9.363)</b>	<b>(7.889)</b>
Adições / Exclusões permanentes	(1.034)	(653)
	<b>(1.034)</b>	<b>(653)</b>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados</b>	<b>(10.397)</b>	<b>(8.542)</b>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(4.248)	(4.412)
Diferido	(6.149)	(4.130)
	<b>(10.397)</b>	<b>(8.542)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>37,76%</b>	<b>36,48%</b>

## 20 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Numerador		
Resultado líquido do período	17.140	14.875
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
<b>Resultado básico e diluído por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária</b>	<u>0,54</u>	<u>0,47</u>

## 21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	<u>Custo dos serviços prestados</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	(5.134)	(4.924)
Opy Serviços Hospitalares S.A (i)	(2.192)	-
	<u>(7.018)</u>	<u>(4.924)</u>

- (i) Total incorrido com prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo e despesas compartilhadas que são contratadas pela Opy Holding e Opy Serviços (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido.

	<u>Dividendos propostos a pagar</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	4.285	3.719
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (ii)	17.620	10.919
	<u>21.905</u>	<u>14.638</u>

- (i) O valor de 4.285 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios, referente ao exercício de 2025.  
(ii) O valor de 17.620 refere-se a dividendos intercalares ainda não distribuídos.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore, no montante de R\$1.246 e R\$2.044 em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

## 22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

<b>31/12/2025</b>				
	<b>Valor Contábil</b>			<b>Valor Justo</b>
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.348	22.348	-
Contas a receber de clientes	-	11.371	11.371	-
Ativo financeiro	-	294.766	294.766	-
	<b>-</b>	<b>328.485</b>	<b>328.485</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	48.992	48.992	-
Debêntures	-	64.800	64.800	66.009
Dividendos propostos	-	21.905	21.905	-
Fornecedores	-	21.269	21.269	-
	<b>-</b>	<b>156.966</b>	<b>156.966</b>	<b>66.009</b>
				<b>31/12/2024</b>
	<b>Valor Contábil</b>			<b>Valor Justo</b>
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	162	7.784	7.946	162
Contas a receber de clientes	-	10.759	10.759	-
Ativo financeiro	-	291.013	291.013	-
	<b>162</b>	<b>309.556</b>	<b>309.718</b>	<b>162</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	54.626	54.626	-
Debentures	-	67.683	67.683	72.259
Dividendos propostos	-	14.638	14.638	-
Fornecedores	-	17.409	17.409	-
	<b>-</b>	<b>154.356</b>	<b>154.356</b>	<b>72.259</b>

## 23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

#### Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

#### (a) Risco de mercado

##### Exposição ao risco de taxas de juros

##### **Ativos**

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 3).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6 (a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

##### **Passivos**

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos e arrendamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 12 e 13).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

### Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</b>		
<i>Ativos</i>		
Ativo financeiro	294.766	291.013
<i>Passivos</i>		
Arrendamentos	(2.429)	-
<b>Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas</b>	<b><u>292.337</u></b>	<b><u>291.013</u></b>
<b>Exposição a taxas de juros pós-fixadas</b>		
<i>Ativos</i>		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	20.713	7.784
<i>Passivos</i>		
Debêntures	(64.800)	(67.683)
Empréstimos	(46.563)	(54.626)
<b>Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada</b>	<b><u>(90.650)</u></b>	<b><u>(114.525)</u></b>
<b>Exposição líquida total a taxas de juros</b>	<b><u>201.687</u></b>	<b><u>176.488</u></b>

**Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2025;

**Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 28 de janeiro de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP.

**Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2025		Período até 31 de dezembro de 2026			
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%
IPCA	Variação IPCA	4,26%	4,26%	2,13%	3,20%	5,33%	6,39%
SELIC	Variação SELIC	15,00%	15,00%	7,50%	11,25%	18,75%	22,50%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

<b>Ativos financeiros</b>		<b>31/12/2025</b>	<b>Período até 31 de dezembro de 2026</b>				
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Atual</b>	<b>Cenário Base</b>	<b>Cenário I (-50%)</b>	<b>Cenário II (-25%)</b>	<b>Cenário III (+25%)</b>	<b>Cenário IV (+50%)</b>
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	20.713	23.799	22.256	23.028	24.571	25.342
		20.713	23.799	22.256	23.028	24.571	25.342
	<b>Efeito de ganho (perda)</b>		<b>3.086</b>	<b>(1.543)</b>	<b>(772)</b>	<b>772</b>	<b>1.543</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>31/12/2025</b>	<b>Período até 31 de dezembro de 2025</b>				
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Atual</b>	<b>Cenário Base</b>	<b>Cenário I (-50%)</b>	<b>Cenário II (-25%)</b>	<b>Cenário III (+25%)</b>	<b>Cenário IV (+50%)</b>
Debêntures	Variação IPCA	64.800	67.560	66.180	66.870	68.251	68.941
	Variação SELIC	46.563	53.547	50.055	51.801	55.294	57.040
Financiamentos		111.363	121.108	116.235	118.672	123.544	125.980
	<b>Efeito de ganho (perda)</b>		<b>(9.745)</b>	<b>4.872</b>	<b>2.436</b>	<b>(2.436)</b>	<b>(4.872)</b>
	<b>Efeito de ganho (perda), líquido</b>		<b>(6.659)</b>	<b>3.329</b>	<b>1.665</b>	<b>(1.665)</b>	<b>(3.329)</b>

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 5.47% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

### (b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

### (c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

## 24 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

<b>31/12/2025</b>				
<b>Seguradora</b>	<b>Categoria</b>	<b>Apólice</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor</b>
Chubb Seguros Brasil	Risco Operacional	00000000002996001293912	dez/2025 a dez/2026	600.766
Axa Seguros S/A	Resp. Civil	028522024001903510014913	dez/2025 a dez/2026	30.000
Junto Seguros S/A	Seguro e Garantia	054362025000507750403829	mar/2025 a mar/2026	31.000

### **Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária**

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias referem-se a seguro de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$31.000.

### **25. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adições ao direito de uso por meio da contratação de arrendamentos	2.915	-

### **26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026.

---

**DIRETOR DE OPERAÇÕES**

Thiago Nery Python

**DIRETOR FINANCEIRO**

Felipe Rodrigues Tonetti

**CONTADOR RESPONSÁVEL**

Ronney Donizete Fernandes  
Contador - CRC 286.064/O-3